

A IMPORTÂNCIA DA TERRA NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL:
A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO ESPAÇO
SUL-RIO-GRADENSE¹

*Lilian Hahn Mariano da Rocha
**Vera Maria Favila Miorin

INTRODUÇÃO

A formação econômica e social do Rio Grande do Sul recebeu os reflexos da estrutura rural e urbana constituída pelas sociedades que floresceram sobre o espaço. A sociedade rural, a mais antiga no Estado, se caracterizou pela presença de duas formas distintas de povoamento organizadas na grande propriedade, dedicada à criação de gado, e na pequena propriedade agrícola.

A atividade pecuarista, não-portuguesa, e as posteriores atividades resultantes da presença luso-brasileira são responsáveis pela formação da base fundamental dessa organização econômico-social, na qual áreas como o Litoral e a Campanha gaúcha adquirem importância na evolução da organização histórica e econômica do Rio Grande do Sul, sob a influência de um quadro físico singular.

A agricultura assinalou um momento ímpar na constituição da sociedade gaúcha. Ela foi responsável pela natureza heterogênea daquela organização que se apresentava tão uniforme. Na ocupação das áreas do Planalto e das Encostas, processou-se uma verdadeira ruptura organizacional em relação ao Litoral e à Campanha, quebrando-se a

¹ Segunda Parte.

* Geógrafa pela UFSM (Santa Maria-RS) e aluna da Pós-Graduação da UFSC.

**Professora/Pesquisadora - Departamento de Geociências UFSM (Santa Maria-RS).

uniformidade que se esboçava no cenário econômico e social do espaço.

A presença do colonizador e imigrante, como que impondo um novo modo de pensar e agir, criou não apenas uma base econômica específica, mas também renovou o tipo humano, a sociedade e a cultura, ingredientes necessários para mudar a própria história.

1 - A PRÉ-FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

A título de referência estrutura e considerando-se o rigor da reflexão, a formação econômica e social do Rio Grande do Sul conheceu uma estrutura primitiva e como tal ela se apresentou ante as estruturas dos europeus, sucedendo devido a essa fragilidade.

Ao tratar da formação do povoamento, não se pode ignorar o que está implícito: os laços culturais e o comportamento social dos grupos indígenas que aqui viveram.

Do ponto de vista lingüístico, os grupos indígenas pertenciam à família Tupi-Guarani, porém, ainda se desconhece a partir de quando e onde começou o povoamento desses aborígenes.

Guilhermino Cesar, em História do Rio Grande do Sul: período colonial (1970:20-23), ao se referir aos grupos indígenas povoadores do atual território do Rio Grande do Sul, faz referência a duas classificações de grupos linguísticos baseadas nos autores Souza Docca e Aires de Casal.

A primeira classificação - de Souza Docca - distingue três grupos: Tupi-Guarani, Gê e Quaicuru, sendo que o Tupi-Guarani é subdividido em: Tape, Carijó, Caagua, Guaraná, Arachane.

A segunda classificação - de Aires de Casal - propõe o seguinte esquema de famílias:

"Patos - na península e ao norte da lagoa que lhe tomou o nome.

Charruas - em torno da Lagoa Mirim até Golfão do Rio da Prata.

Minuanos - ao poente dos derradeiros.

Tapes - da Lagoa dos Patos até o Uruguai.
Guaicanás - nos campos de Vacaria..."

As tribos da Nação Tape, as mais importantes pelo número de elementos e pelo espaço ocupado, as que mais tarde, formaram os chamados Guaranis das Missões, aldeados pelos jesuítas, ocuparam, segundo Porto (1935), apud CESAR (1970:22), a área geográfica

"... encaixada entre a (província) de Ibiaça, ao norte, e a do Uruguai ao sul e oeste, e o Atlântico, a leste. Ao norte e oeste era dividida por todo o curso do Jacuí, desde suas nascentes setentrionais até a Lagoa dos Patos, confinando aí com a de Ibiaça. Ao Sul extremava-se da província do Uruguai pela Serra Geral desde a seção ainda hoje conhecida por Serra dos Tapes, até as origens do Jacuí. Ia morrer essa vasta região na coxilha geral cujos últimos contrafortes penetravam entre os rios Ibicu e Itu, isto é, na coxilha do Boqueirão; ponto inicial da penetração do Pe. Roque González, na província do Tape." (Figura 1)

A fim de garantir a posse das terras, devido ao avanço dos bandeirantes (portugueses), por volta de 1600, os jesuítas iniciaram a ação evangelizadora e civilizatória dos índios que habitavam a região, organizando-os em "pueblos", que se constituíram em aldeias permanentes.

Segundo SIMON (1984:12), os indígenas recebiam proteção por parte dos jesuítas contra os ataques dos bandeirantes (portugueses) que desciam até o sul, provenientes da Capitania de São Vicente, em busca do trabalho escravo. Em troca, os silvícolas deveriam assimilar "um futuro ingresso no mundo civilizado", via evangelização. Para SIMON (1984:12), eles:

"... serviam, assim, ao Deus e ao Rei (de Espanha), a quem pagavam tributo, como vassalos, e de quem recebiam proteção temporal."

Em 1631 já haviam sido fundadas diversas reduções, sendo que, na banda oriental, próximas ao rio Uruguai, situavam-se os Sete Povos, que deram origem, mais tarde, a vários municípios.

Devido a dificuldades de reconstrução do número de "pueblos" missioneiros, foram resumidos os "ciclos missioneiros" no Rio Grande do Sul em: primeiro ciclo e ~~segundo~~

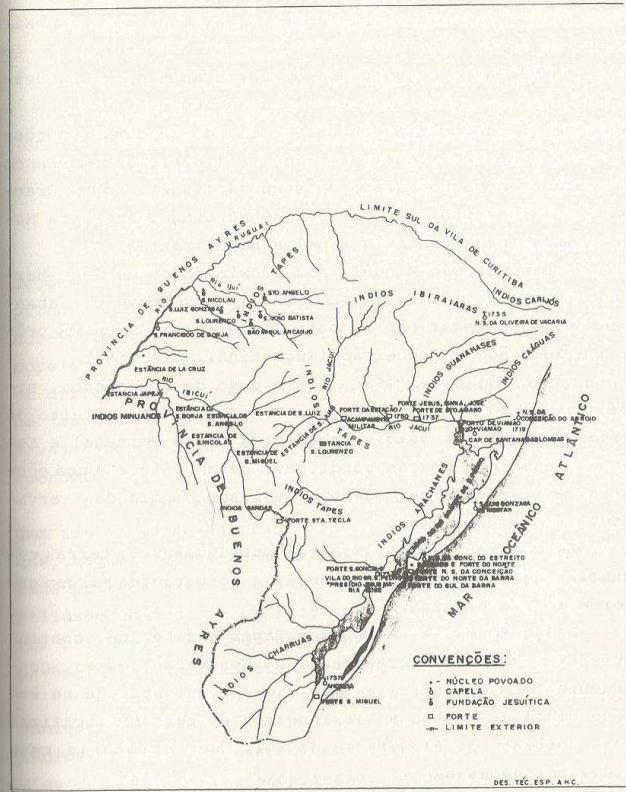


FIGURA 1 : O Continente de Viamão - 1751.

gundo ciclo, de acordo com SIMON (1984:16).

O primeiro ciclo inicia-se com a fundação de São Nicolau, em 1626, pelo padre Roque González, e termina em 1637, quando a povoação é abandonada diante dos bandeirantes. Nesse ciclo, ocorreu o aldeamento das terras à margem esquerda do rio Uruguai, formando-se duas reduções com o nome de São Miguel: a primeira (1626), às margens do rio Paranapanema no Paraná; a segunda (1632), no Rio Grande do Sul, nas proximidades de São Martinho, em Santa Maria. Ambas foram destruídas pelos bandeirantes.

A segunda São Miguel, nas proximidades de São Martinho, teve curta duração. Em 1637, o povo teve de abandonar tudo e passar para o outro lado do rio Uruguai, próximo à Redução de Conceição (Argentina), até 1687.

Os jesuítas, em 1687, com o povo de Conceição, situado na banda ocidental do rio Uruguai, sentiam falta de terras devido à divisão estabelecida entre Portugal e Espanha. Mesmo com poucas condições, deram início a uma economia representada pelo gado e pela abundância da erva-mate.

As constantes infiltrações portuguesas em terras espanholas determinaram, novamente, a ocupação da margem esquerda do rio Uruguai.

Dessa forma, a região dos Tapes recebeu um contingente proveniente do aldeamento de Conceição; esse contingente formou a terceira São Miguel, que aparece no segundo ciclo dos Estudos Missionários em terras localizadas a noroeste do Rio Grande do Sul, que se tornaram, mais tarde, portuguesas.

Nesse ciclo, iniciado em 1682 com a fundação de São Francisco de Borja, pelo Padre Francisco Garcia e que terminou praticamente em 1768, com a expulsão dos jesuítas de todas as Missões, encontram-se os Sete Povos das Missões, a saber:

- São Francisco de Borja, fundado em 1682 pelo Pe. Francisco Garcia;
- São Nicolau, fundado em 1687 pelo Pe. Roque González de Santa Cruz;
- São Luiz Gonzaga, fundado em 1687 pelo Pe. Miguel

Fernandes;

- São Miguel Arcanjo, fundado em 1687 pelo Pe. Crisóstomo de Mendoza;
- São Lourenço Mártir, fundado em 1690 pelo Pe. Bernardo de La Vega;
- São João Batista, fundado em 1697, pelo Pe. Antônio Sepp;
- Santo Ângelo Custódio, fundado em 1766 pelo Pe. Diogo Hase.

Os Sete Povos das Missões, assim como as demais reduções, foram uma experiência civilizatória "sui generis", principalmente no que diz respeito às relações civilizador-índio devido, provavelmente, às qualidades físicas, morais e espirituais exigidas pela Ordem dos Jesuítas que se dirigiam para essas reduções. Além dessas qualidades, os jesuítas eram verdadeiros técnicos, o que proporcionou a esses povos atingirem elevado nível de desenvolvimento econômico.

O sistema econômico implantado pelos jesuítas era uma tentativa de adaptar o índio ao sistema mercantilista que, naquela época, dominava a Espanha e onde a propriedade privada exercia papel fundamental. Devido à inabilidade do índio a um sistema de propriedade privada, foram criados dois tipos de propriedades: as coletivas (tupã-baé) e as individuais (Aba-baé).

O Tupã-baé (ou Tupambaé) era a propriedade cedida ao cacique que possuía em seu domínio várias famílias. Os índios dedicados à agricultura trabalhavam dois ou três dias da semana nessa propriedade. Todas as Vacarias, os Ofícios (médios), as Estâncias, os Ervais, as "Estanzuelas" e os Matos pertenciam ao Tupã-baé. Segundo LAZZAROTO (1970:18):

"... o fruto era todo da comunidade, e dele viviam todos os que trabalhavam para a comunidade, bem como os velhos, doentes, e aos que não bastassem os frutos do trabalho particular, como não raro acontecia."

O Aba-baé (ou Abambaé) corresponde às propriedades particulares dos índios, que, segundo LAZZAROTO (1970:18),

"... eram trabalhados pelos que se dedicavam à agricultura nos demais dias da semana, acompanhados da esposa, quando não tivessem filhos."

No Aba-baé encontravam-se pequenas roças com até dois hectares por família.

Assim, as atividades econômicas dos guaranis estavam resumidas na extração da erva-mate, na agricultura e na pecuária.

A erva-mate, o couro e o sebo eram vendidos ou trocados em Buenos Aires.

Outras atividades, tais como a tecelagem e a fabricação de instrumental de trabalho, eram destinadas ao uso interno dos Povos.

Esse sistema estrutural que organizava os indígenas perdurou até 1750, quando foi assinado o Tratado de Madrid, marcando o fim da civilização jesuítico-guaranítica dos Sete Povos. Esse tratado determinava a troca das áreas da Colônia do Sacramento, de domínio português, pela área dos Sete Povos, até então sob o domínio espanhol. Isso causou descontentamento, revolta e resistência da parte dos indígenas. Mais tarde, em 1756, ocorreu, como consequência, a Guerra Guaranítica.

Após a ocupação da área dos Sete Povos, representada por sua redução mais importante, São Miguel, os portugueses, comandados por Gomes Freire de Andrade, se alojaram em Santo Ângelo e procuraram aproximar-se e conquistar a amizade dos indígenas. Essa campanha, em 1757, de Gomes Freire, foi responsável pela mescla cultural e social que ocorreu quando, ao retornar a Rio Pardo, ele levou consigo 700 famílias de diversos Povos e fundou três povoações no território do Rio Grande do Sul: Aldeia dos Anjos, em Gravataí; São Nicolau, nas proximidades de Rio Pardo e outra São Nicolau, próxima a Cachoeira do Sul.

"Mesmo sofrendo acentuado declínio posterior, estas aldeias contribuíram de forma imprescindível para o povoamento do Rio Grande e miscigenação das raças." (SIMON, 1970:151)

Com a revogação do Tratado de Madrid, tudo volta a ser como antes de 1750, ocorrendo, então, o reagrupamento de padres e indígenas nas aldeias dos Sete Povos que es-

tavam parcialmente destruídas.

Essa situação perdurou até 1767, quando foi assinado o decreto de expulsão dos Jesuítas por D. Carlos III, Rei da Espanha, devido à preocupação das autoridades civis e religiosas europeias com a influência política e social dos jesuítas.

Foram chamados para substituir os jesuítas os padres franciscanos, mercedários e dominicanos, cabendo-lhes apenas a administração espiritual. Aos espanhóis cabia a administração civil, e eles souberam aceitar e gerenciar o sistema de produção coletiva dos índios.

Na prática, esse sistema teve como finalidade enriquecer os administradores, originando descontentamento por parte dos indígenas. Isso, segundo SIMON (1984:15), provocou "... uma trilha irreversível para a decadência."

No entanto, os portugueses ainda pretendiam conquistar o território das Missões. Essa conquista foi precedida de contatos com os principais caciques das antigas Reduções, que já estavam decepcionados com a administração espanhola. Isso facilitou a conquista, que se efetuou em 1801, passando a administração dos Sete Povos às mãos dos portugueses.

Segundo MIORIN (1982:28), nessa época as Missões não apresentavam mais o aspecto de prosperidade dos anos anteriores, caracterizando-se, então, por:

"... pouca população, rebanho em grande parte disseminado e plantações desaparecidas em meio às ervas daninhas..."

Foi assim que os luso-brasileiros implantaram cidades:

"... nos locais das antigas reduções, ressurgindo assim São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Borja e Santo Ângelo na forma de cidades povoadas por soldados licenciados do serviço militar, que reativaram os novos estabelecimentos, refizeram as lavouras e reuniram o gado novamente em estâncias." (MIORIN, 1982:28)

A origem da formação econômico-social de hoje teve suas bases históricas constituídas, em grande parte do território, por esses antecedentes que denominamos de pré-formação econômico-social.

Em 1725, lagunenses e tropeiros, na condição de primeiros colonizadores no litoral, chegaram até o Chuí e estabeleceram o tráfego de gado e couros para Sorocaba (SP).

Assim formaram-se, lentamente, os primeiros núcleos de povoamento, dispersos e de grande mobilidade.

Na verdade, havia um interesse na expansão da posse territorial portuguesa sobre a área espanhola. Ocupar e colonizar o Rio Grande do Sul fazia parte do projeto português de integração sistemática.

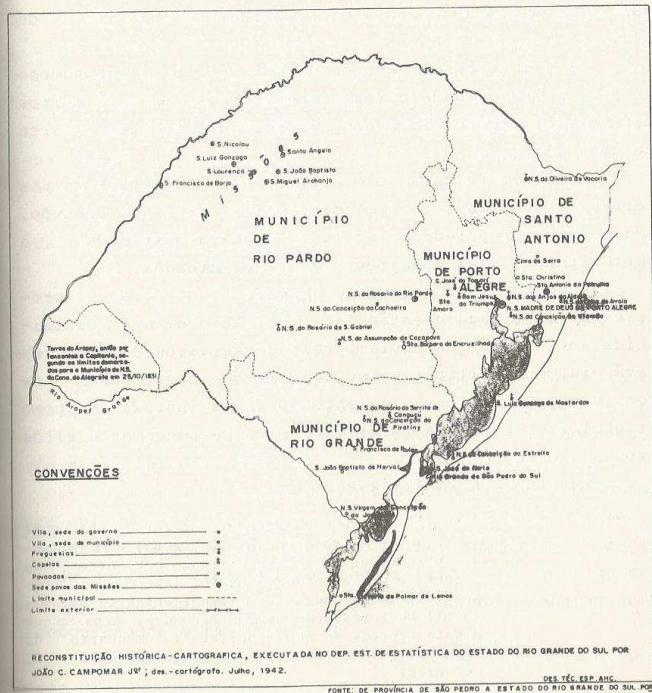
A Colônia do Sacramento foi o marco mais avançado desse projeto português em terras do sul da América Espanhola. Esse projeto teve como resultado a presença dos portugueses ao sul do estuário do Prata, o que propiciou a ocupação do território do Rio Grande do Sul e a sua integração ao restante do território brasileiro.

A manutenção da Colônia do Sacramento resultou em uma série de providências complementares, como a formação de presídios, acampamentos ou guarnições, que culminaram por caracterizar o primeiro momento da ocupação portuguesa. A necessidade de criar pontos de apoio levou à organização das primeiras estâncias nesse território.

Dessa forma, explica-se o surgimento, em 1737, de um destacamento militar fixo, dando origem à cidade de Rio Grande, a qual inaugurou o municipalismo no Estado. A seguir, surgiram outras povoações, como Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, consideradas vilas da Capitania de São Pedro pela real Resolução de 27 de abril de 1809 e formalizadas como tais a 07 de outubro do mesmo ano. (Figura 2)

Mais tarde, essas quatro povoações desdobraram-se, por fragmentação, e moldaram a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A formação dos municípios esteve condicionada, essencialmente, ao fator "povoamento", que, no decorrer do tempo, comandou, efetivamente, o desmembramento municipal.



ANEXO 6 - Constituição do Rio Grande do Sul Pedro do Sul - 1809

A distribuição oficial de terras no Rio Grande do Sul iniciou com as comandâncias militares a partir de 1737.

Os primeiros povoadores do território rio-grandense receberam logo grandes áreas superficiais. Os primeiros títulos foram concedidos sob a forma jurídica de "carta de data".

A "carta de data" não delimitava as dimensões das terras concedidas pelo comandante militar; era, contudo, uma pequena propriedade, sítio ou chácara destinada à agricultura e dava nascimento às vilas-cidades.

Logo surgiu a "carta de sesmaria", que era a propriedade destinada à estância e à criação de gado, distribuída aos homens que haviam prestado serviços de certa relevância, como militares, ou àqueles que dispusessem de recursos pecuniários suficientes para se instalarem como estancieiros. Era uma forma extensiva de povoamento e de exploração econômica.

Segundo FORTES (1978:80):

"A sesmaria é uma concessão de terra pela qual se dá ao sesmeiro o domínio sobre uma área variando entre 3 léguas em uma dimensão por outra de largura e uma e meia em quadro, isto é, uma superfície total que se compreende entre 13 mil e 15 mil hectares, em números redondos, ao passo que a data concede ao seu proprietário um quarto de légua em quadro, o que corresponde apenas a 272 hectares."

A diferença entre as "datas" e as "sesmarias", sob o ponto de vista material e econômico, era considerável; de modo geral, uma "data" correspondia a meia légua e, posteriormente, nela se formavam os sítios urbanos; a "sesmaria" correspondia a até três léguas ou uma área de campo.

Cada vez mais tornava-se imprescindível a tarefa de colonizar, não só como retaguarda de sustentação estratégica, mas também como meio de consolidação dos espaços conquistados pelo avanço militar.

Segundo essa perspectiva, inaugurou-se a colonização especializada no trabalho agrícola, que, por sua natureza sedentária, foi fixadora de populações,

De 1740 a 1760 chegaram 1000 casais de colonos açorianos no Estado. Diante do povoamento existente em 1822, esses números foram expressivos. Muitos autores consideram que o grande atrativo tenha sido exercido pela pecuária em época altamente valorizada.

Através dos colonos açorianos, surgem novos núcleos, berços de futuras cidades, indicando a penetração nos vales e áreas planas, acompanhando a rede hidrográfica do rio Jacuí, o qual foi entendido como elemento de expansão da rede de povoados.

As iniciativas colonizadoras, na parte leste do Estado, constituiram, com a evolução dos acontecimentos, em uma linha de frente mais recuada dos portugueses no Prata, quando perderam a Colônia do Sacramento.

A formação dessa linha de povoamento só pode ser explicada pela intenção dos portugueses de conduzir uma política de colonização altamente favorável à incorporação de novas terras.

O desenvolvimento de povoados na direção da fronteira sul e oeste, através de Jaguári, Bagé e Uruguaiana e, ao mesmo tempo, avançando pelo norte, atingindo a região onde hoje se situam Passo Fundo e Cruz Alta, fechou o cerco em torno dos Sete Povos das Missões que acabaram sendo conquistados mais tarde.

Desse modo, o povoamento do Rio Grande do Sul pode ser dividido em duas fases distintas:

- povoamento na zona de campo ou ciclo pastoral: ocorreu com os luso-brasileiros, que tinham na pecuária sua atividade econômica fundamental, a qual não forçava a criação de muitos núcleos populacionais, e sim demandava grande área para se expandir, servindo para determinar a posse da maior parte do nosso território - os campos - uma vez que os tropeiros e vaqueiros estavam sempre em busca de novas pastagens;
- povoamento na zona de mata ou ciclo da colonização europeia: foi a iniciativa da imigração europeia não portuguesa, quando se verificou a fixação dos imigrantes alemães nos vales e encostas da

serra, e dos italianos na porção oriental do planalto. Ocuparam pequenas propriedades, dedicadas, principalmente, à agricultura diversificada.

Na fase do povoamento na zona de campo, ou ciclo pastoril, tem-se a pecuária como principal fonte incentivadora da dispersão dos portugueses pela campanha, atrás do gado, fundando estâncias.

A abertura de novas estradas, principalmente a que alcançava os campos de Passo Fundo, provocou uma irradiação do povoamento para o oeste, surgindo núcleos de futuras cidades.

Assim, por volta do século XIX, segundo THOMAS (1976:12):

"... toda a área dos campos sul-rio-grandenses estava povoada, inclusive a antiga zona das Missões, havendo um melhor aproveitamento do território com o preenchimento dos vazios demográficos."

A evolução do povoamento, em sua primeira fase, é considerada de ritmo lento, de maneira que, em 1835, época da Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul tinha apenas quatorze municípios. (Figura 3)

A fase do povoamento na zona de mata é caracterizada pela imigração europeia, não portuguesa, e pela ação das frentes pioneiras. A imigração teve por objetivo desenvolver áreas pouco povoadas, pois nasceu da necessidade de ocupar o território de maneira mais concentrada. Para tanto, criou-se uma sociedade de agricultores ao lado da sociedade pastoril.

Alegando também finalidades de ordem estratégica em defesa da terra, nos fins do século XIX, o governo incentivou a imigração europeia para a zona de matas do território do Rio Grande do Sul; o assentamento dos colonos processou-se através de lotes coloniais e apresentou dois segmentos distintos. Segundo LA SALVIA (1976:4):

"O primeiro se relacionou ao povoamento das chamadas 'colônias velhas' nas regiões das Encostas Inferior e Superior do Nordeste."

Essa expansão colonial seguiu as vias fluviais, po-

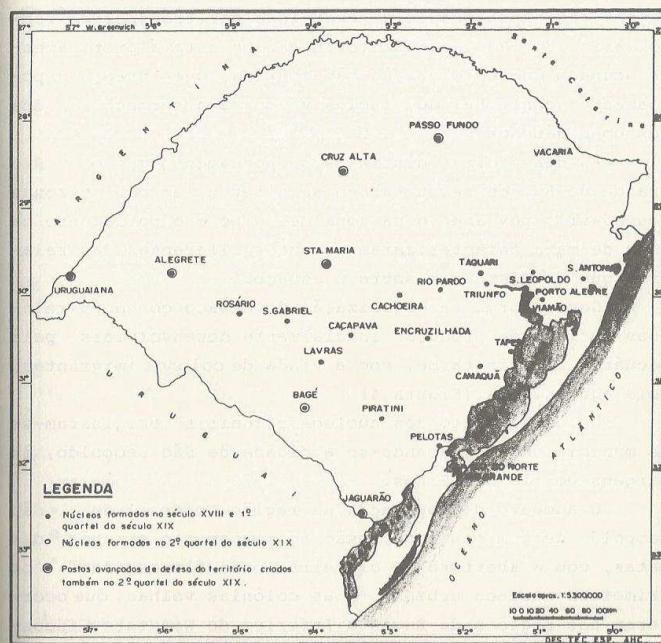


FIGURA 3 - Constituição dos núcleos urbanos na 1ª metade do século XIX.

rém, a partir de 1874, com o desenvolvimento das comunicações, as expansões foram exercidas por transporte ferroviário. Em 1930, o território gaúcho estava praticamente ocupado com a imigração não-ibérica, que integra ao povoamento, contribuindo, inclusive, para a formação dos costumes gaúchos.

As duas formas distintas de povoamento que o Rio Grande do Sul conheceu também se diferenciam por zonas ocupadas: o povoamento na zona de campo e o povoamento na zona de mata caracterizaram momentos diferentes das relações que se efetuaram sobre o espaço.

Dessa forma, a organização do espaço conheceu relações sociais de produção inicialmente desenvolvidas pela pecuária e, mais tarde, com a vinda de colonos imigrantes, pela agricultura. (Figura 4)

Do crescimento dos núcleos coloniais originaram-se os municípios, destacando-se a cidade de São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos.

O aumento da população na região colonial de São Leopoldo determinou a expansão do povoamento através das matas, com a abertura de clareiras onde floresceram os primeiros núcleos urbanos — as colônias velhas, que ocorreram nas regiões da Encosta Inferior do Nordeste e Encosta Superior do Nordeste, onde a densidade rural é alta.

Os imigrantes alemães e seus descendentes se dispersaram mais pelos vales das encostas do Planalto Meridional, no sentido oeste, caracterizando o segundo momento, quando surgiram as colônias novas na região do Alto Uruguai e, mais tarde, também um pequeno número de municípios possuidores de grandes áreas territoriais.

A pequena propriedade de agricultura diversificada corresponde às colônias novas, formadas por esses imigrantes na zona da mata. Eles exerceram influência em muitos aspectos do comportamento da sociedade que se estruturou, como nos hábitos alimentares, no vestuário, na religião e na arquitetura urbana e rural. A influência no desenvolvimento industrial, ainda que de caráter artesanal, foi de relevante importância por gerar uma economia de áreas.

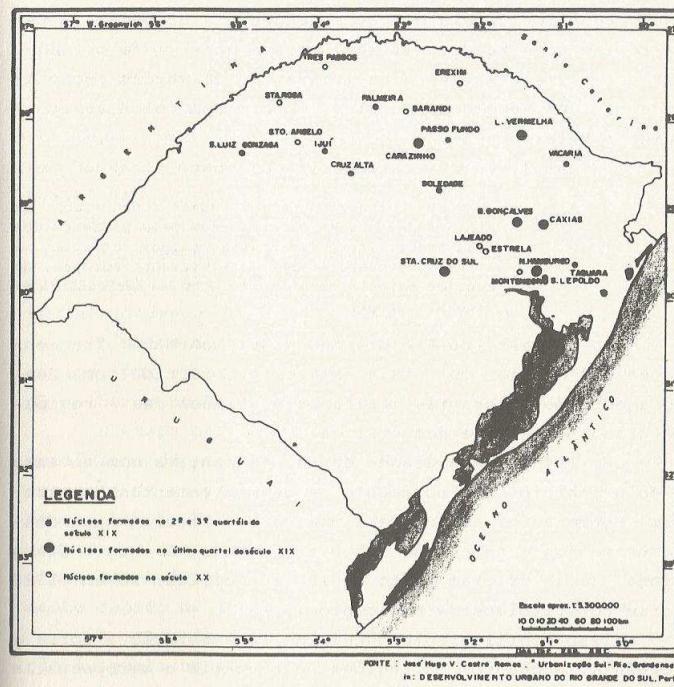


FIGURA 4 - Constituição dos núcleos urbanos na 2ª metade do século XIX e século XX.

A construção da ferrovia ligando o Rio Grande a São Paulo contribuiu para que se estendesse a colonização pela região do Alto-Uruguai, que estava quase despovoada. Dirigiram-se para essa área imigrantes de várias nacionalidades, com seus descendentes, e formaram colônias etnicamente heterogêneas.

THOMAS (1976:23) caracteriza o espaço dizendo que:

"Com a colonização completou-se a ocupação do Rio Grande, que se caracterizou pela presença dos luso-brasileiros nas áreas de campos entregues a atividades pastoril, e a do imigrante europeu, na zona de matas, com a implantação da agricultura em pequenas propriedades."

No noroeste do Rio Grande do Sul houve uma fragmentação dos núcleos coloniais existentes ocorrida com o deslocamento de imigrantes italianos e alemães das regiões de grande densidade demográfica.

Em 1945, o Rio Grande do Sul já contava com noventa e dois municípios e novamente os desmembramentos ocorreram. Entretanto, ao sul da linha do rio Jacuí, poucos desmembramentos aconteceram nos últimos anos. Ao norte dessa linha, já se criaram perto de 200 municípios; só em 1988 foram constituídos 84 municípios.

Isso confirma a tendência de fragmentação a norte e nordeste, enquanto as regiões de pecuária e agropecuária tendem a manter uma estabilidade político-administrativa.

Esse fato confirma a assertiva de que o crescimento e a diversificação da malha urbana reflete o dinamismo da própria região.

Um dos efeitos advindos desse processo é a mobilidade social no espaço, quer quantitativa como qualitativa, devido ao aparecimento e ascensão de novos grupos sócio-econômicos, trazendo mudanças no tipo de relações sociais de produção e alterando os rumos e/ou o ritmo da formação econômico-social do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação e organização social e econô-

mica do território sul-rio-grandense estruturou-se em um modelo teórico de ocupação composto por três etapas ou estágios. O seu estudo pode ser separado para facilitar a análise e o entendimento, porém suas etapas se interligam e se sucedem no tempo, formando a estrutura teórica que compreende o modelo em si. Ele revela uma ocupação intencional do território, conduzida pela política colonial portuguesa, que continuou atuando mesmo após o término do período colonial propriamente dito.

As três etapas ou estágios dividem-se em: a instalação político-social; a organização político-econômico-social; o desenvolvimento econômico-social.

A etapa de instalação tem caráter político e estratégico, por visar barganhar um espaço maior como garantia de melhores possibilidades econômicas futuras.

A etapa de organização da sociedade revela relações econômicas de produção e reprodução ligadas ao período da economia de acumulação de capital, via circulação nos centros urbanos. Esse processo de acumulação foi aqui representado pela economia colonial, com as relações estabelecidas entre áreas coloniais e áreas urbanas e pelo surgimento rápido de inúmeras cidades-sede de municípios.

A etapa do desenvolvimento das formas de organização é aquela na qual ocorreu a reprodução das relações de produção espacialmente distribuídas, via ocupação e instalação do sistema colonial em novas áreas que geraram novas colônias. Ampliou-se, assim, o espaço da circulação e da acumulação e, concomitantemente, realizou-se a re-produção nas novas áreas e a reprodução nas áreas velhas, caracterizadas pelas velhas e novas colônias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CESAR, G. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto Alegre, Globo, 1970.

FORTES, A.B. Os casais de açorianos. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1978.

- LA SALVIA, F. & MARODIN, E.F. Evolução municipal: uma análise geográfica. Boletim Geográfico do RGS, Porto Alegre, 19(21):3-16, Jan./Dez., 1976.
- LAZZAROTO, O. & SCHORN. Os Sete Povos das Missões. Ijuí, FIDENE/Instituto Regional de Documentação do Museu Antropológico, 1970, n.23, p.5-18.
- MIORIN, V.M.F. Características da modernização da agricultura no Centro-Noroeste do Rio Grande do Sul. Rio Claro, I.G.C.E., UNESP, 1982. (Dissertação de Mestrado).
- . Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica. Rio Claro, I.G.C.E., UNESP, 1988. (Tese de Doutorado).
- RAMOS, J.H.V.C. A urbanização sul-rio-grandense. Desenvolvimento urbano do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ISCRE, 1971.
- SIMON, M. Os Sete Povos das Missões: trágica experiência. Santo Ângelo, GESA, 1984.
- THOMAS, C. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. Boletim Geográfico do RGS, Porto Alegre, 19(21):17-27, Jan./Dez. 1976.